

18/06/2013

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 115.721 PARANÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: ADELICIO CESAR DA SILVA
PACTE.(S)	: CLAUDECIR BORTOLI
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. APRECIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. CONDIÇÃO. IMPOSIÇÃO. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. LEGALIDADE. *WRIT* PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM.

I – A alegação de atipicidade da conduta em razão da incidência do princípio da insignificância não foi examinada pelo Superior Tribunal de Justiça, tampouco pelo Tribunal Regional Federal. Desse modo, fica esta Corte impedida de analisá-la, sob pena de indevida supressão de instâncias, com evidente extravasamento dos limites da competência prevista no art. 102 da Constituição Federal.

II – Ambas as Turmas desta Corte já assentaram o entendimento de que a imposição de prestação pecuniária como condição para a suspensão condicional do processo é válida, desde que adequada ao fato e à situação do acusado, justamente como se observa no caso concreto.

III – *Habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do

HC 115721 / PR

Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, decisão unânime, conhecer em parte do *habeas corpus* e, nessa parte, denegar, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Brasília, 18 de junho de 2013.

RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR

18/06/2013

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 115.721 PARANÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: ADELICIO CESAR DA SILVA
PACTE.(S)	: CLAUDECIR BORTOLI
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União, em favor de **ADELICIO CESAR DA SILVA** e **CLAUDECIR BORTOLI**, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao Agravo Regimental no RHC 33.019/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze.

A impetrante narra, de início, que os pacientes foram denunciados pelo suposto cometimento de crime contra o meio ambiente (art. 34, parágrafo único, II, da Lei 9.605/1998), sob a alegação de que teriam utilizado apetrechos não autorizados para a prática de pesca amadora.

Prossegue aduzindo que, recebida a denúncia, a defesa apresentou resposta à acusação e os autos foram remetidos ao *Parquet* federal, que apresentou proposta de suspensão condicional do processo e requereu fosse fixada como condição judicial a doação de R\$ 622,00 por parte de cada réu. O juízo processante aderiu integralmente a essa proposta.

Diz, em seguida, que, por entender incabível a fixação de tal condição, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mas a ordem foi denegada, dando ensejo, assim, à interposição de recurso ordinário em *habeas corpus* para o Superior Tribunal de Justiça.

HC 115721 / PR

Entretanto, o Ministro Relator negou seguimento ao mencionado recurso, sendo a decisão mantida no julgamento do agravo regimental que se seguiu.

É contra esse acórdão que se insurge a impetrante.

Sustenta, em síntese, que o art. 89, § 1º, da Lei 9.099/1995, ao tratar das condições para a suspensão condicional do processo, “*não abrange pena propriamente dita, seja em qual modalidade for*”, de modo que não se pode admitir a imposição de pena restritiva de direito como condição para oferecimento do benefício.

Alega, para tanto, que tal medida impõe aos denunciados dois gravames, quais sejam, o início de processo criminal em desfavor dos réus e a imposição antecipada de pena sem observância do devido processo legal.

Destaca, ainda, que, da forma como proposto,

“o benefício da suspensão condicional do processo acaba por ser muito mais gravoso ao acusado do que a transação penal, pois além das condições previstas no §1º do art. 89, haverá de cumprir também pena, enquanto na transação penal, há apenas imposição de pena”.

Conclui, assim, que a imposição de prestação pecuniária como condição do *sursis* processual viola os princípios da ampla defesa, do contraditório, da presunção de inocência e do devido processo legal.

Requer, ao final, a concessão da ordem de ofício para aplicar o princípio da insignificância aos fatos sob exame e, *ad cautelam*, seja a ordem concedida para “*declarar a incompatibilidade da prestação (pena) pecuniária como condição para a suspensão condicional do processo, ordenando, por conseguinte, exclusão da prestação pecuniária da proposta de suspensão*

HC 115721 / PR

condicional do processo”.

Em 8/11/2012, não havendo pedido de liminar a ser apreciado e estando bem instruídos os autos, determinei fosse ouvido o Procurador-Geral da República.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques, opinou pelo não conhecimento do *writ*, e, caso conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório.

18/06/2013

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 115.721 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem examinados os autos, tenho que o caso é de parcial conhecimento do *writ* e de denegação da ordem na parte conhecida.

O acórdão questionado possui a seguinte ementa:

“AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. IMPOSIÇÃO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. CONDIÇÃO FACULTATIVA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É firme o entendimento jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que é admissível a imposição de prestação de serviços à comunidade ou prestação pecuniária como condição para a suspensão condicional do processo, desde que observados os princípios da adequação e da proporcionalidade.

2. Agravo regimental a que se nega provimento”.

Conforme relatado, a impetrante pretende a aplicação do princípio da insignificância ao caso. Subsidiariamente pugna pela exclusão da prestação pecuniária - imposta aos pacientes como condição para a suspensão condicional do processo - ao fundamento de sua incompatibilidade com o benefício.

Destaco, inicialmente, que a pretensão de reconhecimento da insignificância da conduta imputada aos pacientes não pode ser examinada porque não submetida à apreciação das instâncias anteriores. Assim, a análise dessa matéria por este Tribunal implicaria indevida supressão de instâncias e atuação fora dos limites de competência estabelecidos pelo art. 102 da Carta Magna.

HC 115721 / PR

Quanto ao pedido subsidiário, melhor sorte não assiste à impetrante.

Os pacientes foram denunciados pela suposta prática do delito previsto no art. 34, parágrafo único, II, da Lei 9.605/1998¹ porque flagrados utilizando redes de pesca “*com malha de 03 centímetros, em boas condições de uso (fl. 12), petrecho o qual, nos termos do art. 2º da Portaria nº 220/04 do Instituto Ambiental do Paraná, é considerado de uso proibido*”.

Considerando que a pena mínima imposta ao referido crime não excede a um ano, o Ministério Público Federal ofereceu proposta de suspensão condicional do processo mediante o cumprimento das condições legais previstas no artigo 89, §1º, da Lei 9.099/1995, requerendo fosse fixada como condição judicial a doação do valor correspondente a R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), por parte de cada um dos denunciados. O juízo processante aderiu integralmente a essa proposta.

Ora, não há nenhuma ilegalidade na imposição de tal condição. Isso porque, consoante disposto no art. 89, § 2º, da Lei 9.099/1995, além das condições elencadas no § 1º do mesmo artigo, o magistrado poderá fixar outras que entenda adequadas ao fato e à situação do acusado; se não vejamos:

“Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena

1 “Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

(...)

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

(...)

II - pesca quantidades superiores às permitidas, **ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;**”.

HC 115721 / PR

(art. 77 do Código Penal).

§ 1º *Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:*

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de frequentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado” (grifos meus).

Nesse contexto, considero que a imposição da prestação pecuniária como condição para a concessão do benefício não viola o princípio da presunção da inocência, haja vista que a aceitação da proposta não implica reconhecimento de culpa, tampouco se confunde com a aplicação de pena, como quer a impetrante.

Embora possa se confundir com a pena restritiva de direito, a prestação pecuniária, *in casu*, atua como medida de prevenção - de molde a conscientizar os acusados da ilegitimidade de suas condutas e, assim, evitar a reiteração -, e não de repressão, como alegado. Foi o que destacou a ilustre representante do *Parquet* federal no parecer que ofertou:

“Ao disciplinar a suspensão condicional do processo, o art. 89, § 1º, da Lei nº 9.099/95, previu que, ao homologar a medida, o Juiz suspenderá o processo submetendo o acusado a um período de prova sujeito a condições que serão fixadas na sentença.

10. Em estudo sobre o tema, afirma Luiz Flávio Gomes que a finalidade das condições é de prevenção geral – eficácia intimidatória do direito penal – e de prevenção especial – eficácia derivada das condições mesmas no sentido de permitir a ressocialização do infrator

HC 115721 / PR

pela via alternativa [Suspensão Condicional do Processo, Revista dos Tribunais, pág. 183].

11. E completa o renomado Autor:

'O instituto da suspensão do processo nem pode criar a sensação de impunidade (déficit da eficácia preventiva geral), nem pode ser algo (pessoal e socialmente) inútil, sem nenhuma finalidade (déficit de prevenção especial). Dele se espera muita coisa; ressocialização do infrator, reparação dos danos à vítima, não estigmatização, agilização da Justiça, etc'

12. Assim, as condições impostas na suspensão condicional do processo, longe de representar uma punição antecipada ao acusado, inclusive porque a aceitação do benefício não importa em afirmação de culpa, consubstancia a garantia de que a medida terá a eficácia de prevenir eventual prática de novos delitos e de ressocializar o acusado, alcançando as finalidades que são próprias do direito penal".

Essa questão já foi enfrentada por ambas as Turmas desta Corte, que reconheceram a legalidade da prestação pecuniária como condição para o *sursis* processual. A corroborar essa assertiva, transcrevo as seguintes ementas:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. FURTO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. IMPOSIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. VALIDADE. Não é inconstitucional ou inválida a imposição, como condição para a suspensão condicional do processo, de prestação de serviços ou prestação pecuniária, desde que 'adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado' e fixadas em patamares distantes das penas decorrentes de eventual condenação. A imposição das condições previstas no § 2º do art. 89 da Lei 9.099/95 fica sujeita ao prudente arbítrio do juiz, não cabendo revisão em habeas corpus, salvo se manifestamente ilegais ou abusivas" (HC 108.914/RS, Rel. Min. Rosa Weber).

"Habeas Corpus. 2. Suspensão condicional do processo. Art. 89, § 2º, da Lei 9.099/1995. 3. Condições facultativas impostas pelo

HC 115721 / PR

juiz. Prestação pecuniária. Possibilidade. 4. Precedente: INQ. 2721, rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, decisão unânime, DJe 29.10.2009. 5. Ordem denegada” (HC 108.103/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes).

Diante do exposto, conheço em parte do *writ* e, na parte conhecida, denego a ordem.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 115.721

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : ADELICIO CESAR DA SILVA

PACTE.(S) : CLAUDECIR BORTOLI

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Ordem conhecida em parte e, nessa parte, denegada, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 18.06.2013.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária Substituta